



ano 3
número 14
ISSN 2595-8232

Título | Estados Unidos, Rússia e a grande transformação mundial: tendências e perspectivas

Autor | José Luís Fiori¹

Palavras-chave | Estados Unidos, Rússia, Nova Doutrina Estratégica.

Fevereiro de 2020

¹ Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), coordenador do Laboratório de "Ética e Poder Global", do Nubeia (Núcleo de Bioética e Ética Aplicada) da UFRJ, e pesquisador do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)



Instituto de pesquisa de natureza privada criado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras. O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e dos impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaborada pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam de temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2019

ISSN 2595-8232

1. Introdução: rupturas e imprevisibilidades na conjuntura internacional

A primeira impressão de qualquer analista geopolítico é que o relógio do mundo enlouqueceu e a bússola do sistema mundial quebrou. A partir de certo momento neste início de século, sucederam-se fatos e fenômenos internacionais absolutamente surpreendentes e de consequências imprevisíveis. Antes disso, por exemplo, a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética também foram surpreendentes, mas as guerras que se seguiram, no Golfo Pérsico e nos Balcãs, eram previsíveis e cumpriram o papel de definir as novas regras de funcionamento e gestão do sistema mundial depois do fim da Guerra Fria. Da mesma forma, os atentados de 11 de setembro de 2001 surpreenderam a humanidade, mas as guerras que se seguiram, no Afeganistão e no Iraque, já estavam planejadas há muito tempo e faziam parte da reorganização da geopolítica do “mundo islâmico” depois do fim da União Soviética.

Algo inteiramente diferente do que aconteceu com o golpe militar da Turquia em julho de 2016, o qual foi absolutamente surpreendente, na medida em que foi apoiado por forças ligadas à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), foi desferido contra um governo da própria Otan, e apesar de tudo foi derrotado pelo contragolpe do presidente Recep T. Erdogan, que tem se aproximado cada vez mais da Rússia e do Grupo de Shangai. Da mesma forma, surpreendeu o mundo o ataque americano à Síria, em abril de 2017, com o lançamento de dezenas de mísseis Tomahawk disparados como resposta a um ataque com armas químicas que matou cerca de 80 pessoas perto da cidade de Homs, mas cuja origem e a própria existência jamais foram investigadas ou comprovadas. Também ocorreu com o lançamento sobre o Afeganistão, no mesmo mês de abril de 2017, de uma bomba GBU-43, a mais poderosa arma de que dispõem os Estados Unidos fora do seu arsenal nuclear, sem que tenha havido nenhum motivo ou aviso prévio conhecido.

Ainda, há o ultimato da Arábia Saudita e dos seus aliados do Golfo Pérsico apresentado ao governo do Qatar em junho de 2017, de forma inteiramente abrupta, arbitrária e inesperada, sem que se conseguisse divisar suas causas, consequências e desdobramentos. Alguns analistas costumam colocar nesta mesma lista de “surpresas” a vitória do Brexit no plebiscito britânico de junho de 2016 e a eleição presidencial de Donald Trump em novembro do mesmo ano. Mas é necessário ter cautela com estas comparações, porque nem o Brexit nem Trump “caíram do céu”, apesar de que as consequências destas duas decisões anglo-saxônicas permaneçam inteiramente indefinidas e imprevisíveis no campo internacional.

No caso do plebiscito britânico, o euroceticismo dos ingleses vinha crescendo a olhos vistos há muito tempo e o projeto de integração europeia nos

últimos anos vinha enfrentando obstáculos cada vez mais complexos e insuperáveis. Mas não há dúvida de que o resultado do plebiscito surpreendeu e desagradou uma parte significativa da elite política, financeira e intelectual britânica e deixou para trás uma enorme incógnita no horizonte europeu, uma vez que a saída inglesa tanto pode levar à desmontagem do seu projeto de unificação, quanto pode acelerar a hegemonia e a militarização da Alemanha e do resto da Europa nos próximos anos. Já no caso da Grã-Bretanha, mesmo que ela não se dissolva, o mais provável é que siga no seu declínio como potência europeia, aumentando a sua dependência “filogenética” dos Estados Unidos.

Em relação à vitória de Donald Trump, o primeiro que se deve fazer para explicá-la, antes mesmo de discutir as suas possíveis consequências, é separar e distinguir a figura excêntrica do novo presidente americano daquilo que podemos chamar de “fenômeno Trump”, algo mais amplo e que transcende o personagem presidencial. Do nosso ponto de vista, a vitória de Donald Trump não foi imprevista, e o “fenômeno Trump” deverá permanecer e impactar o sistema mundial, mesmo que o presidente americano seja afastado, ou que seu governo seja bloqueado, como já aconteceu no passado, com os presidentes Nixon, Clinton e Obama.

Do ponto de vista econômico, faz muito tempo que analistas já vinham chamando a atenção para as consequências explosivas da crise financeira de 2008, e para os efeitos perversos das políticas adotadas pelo governo Obama, como resposta à crise. Desde então, a economia americana manteve-se num patamar de crescimento inferior às suas taxas históricas, e muitos economistas já haviam diagnosticado uma “estagnação secular”, agravada pelas quedas da “taxa de inovação” e da velocidade do “aumento da produtividade” da economia americana. Isso para não falar do clima de descontentamento generalizado provocado pelo aumento do desemprego industrial, pela queda da massa salarial e pelo crescimento exponencial da concentração da riqueza e da desigualdade social.

Por outro lado, do ponto de vista estritamente diplomático e militar, nesse mesmo período os Estados Unidos acumularam derrotas e fracassos sucessivos em suas intervenções externas. Muitos analistas vinham apontando uma diminuição da distância entre o poder bélico dos Estados Unidos em relação ao de seus principais competidores russos e chineses, criando um sentimento cada vez mais generalizado na imprensa e nos meios acadêmicos de que os Estados Unidos estariam perdendo sua liderança militar dentro do sistema mundial.

Apesar de que os americanos continuem sendo, de fato, a principal potência econômica e militar do mundo e sigam mantendo sua absoluta centralidade para o funcionamento do sistema mundial, o que mudou, indiscutivelmente, foi a velocidade relativa das inovações tecnológicas e militares e

a tendência de longo prazo de mudança na correlação de forças entre os Estados Unidos e seus principais competidores dentro do sistema internacional. Este é um ponto importante que não se pode desconsiderar na explicação do “fenômeno Trump”, porque as grandes potências tomam suas grandes decisões de mudança estratégica exatamente nos momentos em que se sentem ameaçadas por estas tendências de longo prazo, muito mais do que na hora de suas derrotas ou dificuldades imediatas e eventuais.

De qualquer maneira, do nosso ponto de vista, existe outro problema e outro desafio de prazo ainda mais longo por trás da ascensão vitoriosa de Trump. Ele não está na economia nem nas armas, mas no campo moral, em que os Estados Unidos vêm assistindo a uma perda acelerada de uma de suas principais armas, utilizada na conquista e no exercício do seu poder global: a crença nacional e a aceitação internacional da “excepcionalidade moral” dos Estados Unidos, que lhes dá o direito – como “povo escolhido” – à definição e imposição, quando necessário, das regras e dos critérios éticos internacionais e, em última instância, do seu arbítrio e execução.

Este processo de desconstrução da “excepcionalidade americana” começou na primeira década do século XXI e depois se acelerou vertiginosamente, graças aos sucessivos erros e atropelos à “verdade” e aos “direitos humanos” consequentes da “guerra global” ao terrorismo declarada por George W. Bush e levada à frente a ferro e fogo e de forma quase contínua, pelos sucessivos presidentes que lhe sucederam. E, também, graças ao rotundo fracasso da política dos Estados Unidos e da Otan de difusão da democracia e dos valores “ocidentais” dentro do território que foi chamado de “Grande Médio Oriente”.

Este processo de deterioração do “monopólio moral” dos Estados Unidos deu um salto de qualidade por ocasião da intervenção militar da Rússia no território da Síria em setembro de 2015 contra as forças do Estado ou Emirado Islâmico, realizada de forma inteiramente surpreendente e autônoma em relação aos Estados Unidos. Naquele exato momento, sem nenhum aviso prévio, surgiu um novo poder militar com capacidade atômica equivalente à dos Estados Unidos, propondo defender, arbitrar e punir outros povos fora do seu território e em nome dos mesmos valores ocidentais e cristãos assumidos de forma rigorosamente conservadora e ortodoxa: o governo de Vladimir Putin. Foi como se oito séculos depois, os cristãos ortodoxos russos tivessem se colocado ao lado dos católicos latinos e anglo-saxões para seguir em frente e lado a lado a sua cruzada milenar contra as forças da “barbárie islâmica”.

Naquele momento também se pode dizer que a Rússia assumiu e passou a ocupar o seu lugar de direito dentro da “comunidade moral” europeia, instalando-

se dentro da sala de comando do “programa” ou “software” do sistema de valores e arbítrios inventado pelos europeus ocidentais, herdado pelos Estados Unidos e imposto pelo ocidente ao resto do mundo, durante os séculos XIX e XX. É importante sublinhar, além disto, que a iniciativa militar russa veio apoiada por mudança acelerada da capacitação russa no campo das tecnologias de informação (reconhecida amplamente por autoridades e especialistas ocidentais) utilizadas na espionagem e na guerra eletrônica, mas também na produção e difusão de informações e notícias capazes de transmitir ao mundo uma narrativa dos fatos, e uma interpretação dos acontecimentos diferente da dos Estados Unidos e dos seus principais aliados de “fala inglesa”.

A gravidade deste desafio explica, em parte, a virulência do ataque de Trump à ideologia internacionalista dos próprios americanos e de seus aliados europeus, e também a sua desqualificação de todos os regimes e instituições criadas no século XX, sob a liderança liberal-internacionalista dos herdeiros de Woodrow Wilson. Não se trata de uma retirada “isolacionista” ou “nacionalista”. Pelo contrário, como se verá a seguir, mobiliza-se aqui o argumento de que se trata de uma estratégia por meio da qual os norte-americanos não precisam mais se submeter aos consensos, leis e regimes internacionais, ou até mesmo a alianças permanentes que possam questionar a autonomia americana e seu monopólio na definição e no arbítrio do que seja a “verdade” e a “virtude” internacionais.

Este **Texto para Discussão** não visa deduzir cenários, nem construir modelos ou “tipos ideais” de futuro. Pretende apenas identificar alguns fatos, contradições e tendências que vêm atuando desde longas durações passadas e seguem funcionando como motores das transformações mundiais que estão em pleno curso neste início do século XXI. Por isso, este estudo começa com uma síntese da nossa própria visão teórica a respeito da trajetória histórica de longo prazo do sistema mundial. Em seguida, detalha-se vários ângulos da “grande transformação” que está em curso, mas mantendo sempre como eixo central articulador de todos estes recortes a luta perene entre as grandes potências pelo poder global dentro do sistema internacional. Os Estados Unidos e a Rússia recebem enfoque central no estudo. Por fim, aborda-se o lugar da geopolítica do petróleo na disputa por poder no sistema internacional.

2. Breve síntese da lente teórica: a trajetória histórica de longo prazo do sistema mundial

O ponto de partida da análise histórica é o do “longo prazo” do “sistema interestatal capitalista”, que nasceu na Europa nos séculos XIII e XIV, e que conquistou o “resto do mundo” a partir do século XVI. Considera-se que é possível

identificar, nesta longa duração da história do sistema mundial, quatro momentos em que ocorreu uma espécie de “explosão expansiva” dentro do próprio sistema. Nestes “momentos históricos”, houve primeiro um aumento da “pressão competitiva” dentro do “universo”, e depois, uma grande “explosão” ou alargamento das suas fronteiras internas e externas (FIORI, 2009).

O aumento da “pressão competitiva” foi provocado – quase sempre – pelo expansionismo de uma ou várias “potências” líderes, e envolveu também um aumento do número e da intensidade do conflito entre as outras unidades políticas e econômicas do sistema. E a “explosão expansiva” que se seguiu projetou o poder destas unidades ou “potências” mais competitivas para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio “universo”.

A primeira vez que isto ocorreu foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350 (SPUFFORD, 1989). O aumento da “pressão competitiva” dentro da Europa foi provocado pelas invasões mongóis, pelo expansionismo das Cruzadas e pela intensificação das guerras “internas” na península ibérica, no norte da França e na Itália. A “explosão expansiva” que seguiu se transformou numa espécie de *big bang* do “universo” de que estamos falando, o momento do nascimento do primeiro sistema europeu de “guerras e trocas”, com suas unidades territoriais soberanas e competitivas, cada uma delas com suas moedas e tributos (FIORI, 2009).

A segunda vez que isto ocorreu foi no “longo século XVI”², entre 1450 e 1650. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo e pelas guerras da Espanha, com a França, com os Países Baixos e com a Inglaterra (COOPER, 1970). É o momento em que nascem os primeiros Estados europeus, com suas economias nacionais e com uma capacidade bélica muito superior à das unidades soberanas do período anterior. Foi a “explosão expansiva” deste embrião do sistema interestatal europeu – para fora da própria Europa – que deu origem ao “sistema mundial moderno”, liderado, inicialmente, pelas potências ibéricas, e depois pela Holanda, França e Inglaterra.

A terceira vez que isto ocorreu, foi no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo francês e inglês, dentro e fora da Europa, pelo nascimento dos estados americanos, e pelo surgimento, depois de 1860, de três potências políticas e econômicas – Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente, e revolucionaram a economia capitalista e o “núcleo central” das grandes potências (TILLY, 1996). Logo em seguida, houve uma terceira “explosão expansiva” que assumiu a forma de uma “corrida imperialista” entre as grandes potências, que

² Expressão usada pelo historiador francês Fernand Braudel, para referir-se às “longas durações” da história humana.

trouxe a África e a Ásia para dentro das fronteiras coloniais do “sistema mundial moderno”.

Por fim, desde a década de 1970, está em curso uma quarta “explosão expansiva” do sistema mundial. Nossa hipótese é que – desta vez – o aumento da pressão dentro do sistema mundial está sendo provocado pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos, depois dos anos 70, pela multiplicação dos Estados soberanos do sistema, que já são cerca de 200, e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, e da China, muito em particular, neste início do século XXI (FIORI, 2008).

Nessa nova “fase”, os Estados Unidos consolidaram sua posição de *hegemon* do sistema internacional. Após a dissolução da União Soviética em 1991, essa hegemonia americana parecia carecer de um novo grande contraponto. Todavia, após a reorganização russa liderada por Putin no século XXI, os russos vêm reocupando essa posição de “principal contrapeso” americano, papel que assumiu durante boa parte do século XX. As discussões propostas nas próximas seções visam contextualizar as estratégias das duas nações (Estados Unidos e Rússia) na atual conjuntura e as suas diferentes formas de projeção no sistema internacional.

3. A história da Torre de Babel e a Nova Doutrina Estratégica dos Estados Unidos³

Sendo muito sugestiva para quem se propõe a explicar a mudança recente da conjuntura internacional e da estratégia de segurança dos Estados Unidos, faz-se uso aqui da narrativa histórico-mitológica da Torre de Babel, da versão judaico-cristã que sintetiza um contexto imaginário e uma “síndrome” universal da luta pelo poder. Muito antigo e enigmático e reaparecendo de forma quase idêntica em vários lugares e culturas da história milenar da Mesopotâmia, como todos os grandes “mitos” que resistiram ao passar do tempo, este também contém verdades e lições que transcendem a sua época, sua origem étnica, ou mesmo sua função religiosa original.

O “mito da Torre Babel” conta a história dos homens que se multiplicam, depois do Dilúvio, unidos por uma mesma linguagem e um mesmo sistema de valores, propondo-se conquistar o poder de Deus através da construção da Torre. Conta como Deus reagiu ao desafio dos homens, dividindo-os e dispersando-os, dando a cada nação uma língua e um sistema de valores diferentes, de forma que não pudessem mais se entender nem se fortalecer conjuntamente. Depois disso,

³ Esta seção é uma síntese de uma série de três artigos publicados para a Federação Única dos Petroleiros (FIORI, 2018).

Deus abre mão de sua “universalidade” e escolhe um único povo em particular, como porta-voz de seus desígnios, como instrumento de sua vontade e realizador de suas guerras contra todos os povos que ele mesmo criou no momento em que decidiu dividir e dispersar a humanidade primitiva em Babel. Pois bem, parte-se da hipótese de que o sistema mundial e os Estados Unidos, em particular, estão vivendo e enfrentando essa mesma “síndrome de Babel” nesta segunda década do século XXI.

A unidade básica de poder do sistema mundial, nesse início do século XXI, ainda segue sendo o “Estado nacional”, com suas fronteiras claramente delimitadas e sua soberania reconhecida pelos demais membros do sistema. Como mencionado acima, esse “sistema interestatal” se formou na Europa, durante o “longo século XVI” (1450-1650) e desde seu “nascimento” se expandiu de forma contínua, para dentro e para fora da própria Europa, na forma de grandes “ondas explosivas” que ocorreram, concentradamente, nos séculos XVI e XIX, e na segunda metade do século XX.

Nesses dois primeiros períodos, o sistema estatal europeu conquistou e/ou incorporou o território dos demais continentes, impérios e povos, que foram adotando, aos poucos, as regras de convivência internacional estabelecidas pela Paz de Westfália, firmada em 1648, depois do fim da Guerra dos 30 Anos (1628-1648). A Paz de Westfália foi assinada por cerca de 150 “autoridades territoriais” europeias, mas só existiam naquele momento seis ou sete “Estados nacionais”, com sua forma moderna e com as fronteiras que se mantiveram depois da guerra. Depois das guerras bonapartistas, no início da “era imperialista” (1840-1914), esse número cresceu graças às independências dos Estados americanos, e no final da Segunda Guerra Mundial, a carta de criação das Nações Unidas foi assinada por cerca de 60 Estados nacionais independentes.

Na segunda metade do século XX, entretanto, o sistema interestatal deu um salto e se globalizou, e hoje existem quase 200 Estados soberanos com assento nas Nações Unidas. Contribuíram para esse aumento geométrico o fim do colonialismo europeu e a independência dos Estados africanos e asiáticos. Com destaque especial para a China, que transformou sua civilização e seu império milenar num Estado nacional, que se integrou definitivamente a todos os organismos e regimes internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial, depois do fim da Guerra Fria. Por isso, aliás, muitos analistas americanos falaram na década de 1990 sobre o “fim da história” e o nascimento de um mundo unipolar, com a vitória da “ordem liberal” e a universalização do sistema de valores ocidentais, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Tinham razão, porque de fato, nesse período, os Estados Unidos alcançaram uma centralidade no sistema mundial e um nível de poder global sem precedentes na História da Humanidade, junto à globalização do sistema interestatal capitalista e de todas suas regras e instituições criadas pela ordem liberal do século XX. Mas, ao mesmo tempo, esta expansão do poder americano teve papel decisivo no ressurgimento da Rússia e no salto econômico da China, as duas novas potências que passam a se utilizar das regras do sistema interestatal e de suas mesmas normas, regimes e instituições para questionar o novo mundo liberal e unipolar americano. Em particular, a Rússia, no campo militar, e a China, no campo econômico. Mas também o Irã, a Turquia, a Coreia do Norte e vários outros países, que se utilizam hoje da “diplomacia de Westfália” e da “geopolítica das nações”, inventada pelos europeus, para questionar a própria hierarquia deste sistema europeu liderado pelos Estados Unidos.

Do nosso ponto de vista, foi exatamente essa convergência e homogeneização normativa do sistema interestatal, por um lado, e o aumento do poder e da unidade dos Estados que questionam a centralidade americana usando suas próprias regras de jogo, por outro, que começaram a ameaçar o poder global norte-americano, obrigando os Estados Unidos a darem uma guinada de 180 graus em sua estratégia internacional, tal como ocorre naquilo que chamamos de “síndrome de Babel”.

No dia 17 de dezembro de 2017, a Casa Branca anunciou a nova “estratégia de segurança nacional” dos Estados Unidos, definida pela nova administração norte-americana, antes que o presidente Donald Trump completasse o primeiro ano de seu mandato. Trata-se de uma declaração abrangente, que aparecem definidos os principais interesses, objetivos, metas e ações dos Estados Unidos, visando assegurar a segurança nacional americana contra ameaças de todo tipo e de todos os lugares do mundo. Engana-se quem pensa que se trata apenas de mais um documento anual produzido de forma sequenciada e burocrática. Ele foi preparado em conjunto pelo Departamento de Estado, o Pentágono, a Agência de Inteligência Americana (Central Intelligence Agency – CIA) e todas as agências de informação do governo americano, e mais o Departamento do Comércio e a Secretária do Tesouro do governo americano. Para lê-lo e para entender a sua importância transcendental, há que distingui-lo e separá-lo da figura excêntrica, imprevisível, xenófoba, reacionária e descartável do presidente Donald Trump. Necessita-se reconhecer, ao mesmo tempo, que só uma figura como a de Trump poderia dar passagem a uma ruptura tão radical com a história e a tradição da política externa norte-americana.

Do ponto de vista estritamente acadêmico, o novo documento estratégico dos Estados Unidos se parece com um manual ortodoxo aplicado da teoria realista inaugurada por Hans Morgenthau (1904-1980) e atualizada pelo “realismo ofensivo”

de John Mearsheimer (1947-), passando pelo “realismo moderado” de Henry Kissinger (1923-), entre tantos outros cientistas políticos e diplomatas americanos que nunca se deixaram encantar pelas teses clássicas do “cosmopolitismo liberal”, introduzidas no cenário político internacional do século XX, depois da Primeira Guerra Mundial, pelo presidente americano Woodrow Wilson (1856-1924).

A parte mais lida, destacada e comentada do documento estratégico americano define os objetivos estratégicos do país e identifica os principais rivais e inimigos dos Estados Unidos, também considerados em conjunto como “ameaças externas” aos interesses nacionais americanos. O documento começa listando os quatro objetivos estratégicos fundamentais dos Estados Unidos, os quais são permanentes e não apresentam novidades: (i) proteger o povo americano e seu modo de vida; (ii) promover a prosperidade econômica e a liderança tecnológica americana; (iii) preservar a paz mundial através da força; e (iv) avançar a influência global dos Estados Unidos. Em seguida, identifica os principais desafios e ameaças ao interesse nacional americano: (i) Rússia e China, as duas grandes “potências revisionistas” que querem alterar a hierarquia do poder mundial; (ii) Coreia do Norte e Irã, os dois grandes “Estados predadores” que ameaçam os seus vizinhos e o equilíbrio geopolítico, do nordeste da Ásia e do Oriente Médio; e (iii) o “terrorismo jihadista” e todo tipo de organização criminosas internacional que propagam a violência e o tráfico de drogas e armas.

Logo, o documento propõe uma extensa lista de ações e iniciativas destinadas ao cumprimento destes objetivos e ao enfrentamento dos rivais e inimigos dos Estados Unidos. Assim, passa pelo controle das fronteiras, pelo monopólio das grandes inovações tecnológicas, a liderança militar dos Estados Unidos, em todos os campos, armamentos e territórios; o controle da produção e distribuição das fontes de energia ao redor do mundo; o uso do combate à corrupção como instrumento de luta de poder contra países e empresas concorrentes dos Estados Unidos, etc. Mas a grande novidade da nova estratégia de segurança nacional americana não está em nenhum destes pontos em particular, que se repetem em vários outros documentos formulados através de décadas pelos responsáveis pela política externa americana. A novidade revolucionária do texto está nas suas entrelinhas e em várias de suas premissas e definições que aparecem no documento como se fizessem parte da tradição americana, desde sempre, e fossem “verdades” aceitas e consensuais dentro do *establishment* da política externa americana.

De forma sintética, quase telegráfica, é possível listar os principais pontos em que se sustenta a nova visão do mundo da política externa americana, resumidos e listados sem respeitar necessariamente a ordem de sua apresentação no texto do documento:

- (i) a definição do sistema mundial como um espaço de competição permanente pelo poder entre Estados soberanos que são o melhor instrumento para construir uma ordem mundial pacífica;
- (ii) o reconhecimento de que o mundo é formado por nações fortes, independentes e soberanas, com suas próprias culturas, valores, conceitos e sonhos;
- (iii) o reconhecimento de que os valores americanos não são universais – e de que não existam de fato “valores universais” – e, além disto, a consideração de que não existe nada que assegure que os valores americanos algum dia venham a se impor a sê-lo pela força da expansão dos mercados ou da democracia;
- (iv) a definição dos seus interesses nacionais como ponto de partida de todas as suas tomadas de posição e negociação, abdicando da posição de árbitro dos conflitos mundiais;
- (v) a disposição em negociar com os demais membros deste sistema competitivo, com base nos seus interesses nacionais, sem abrir mão dos seus valores e sempre a partir de uma “posição de força”;
- (vi) a proposição de retomada da liderança mundial do processo de inovação tecnológica em todos os campos do conhecimento, e, em particular, no campo da guerra e dos armamentos atômicos, para manter sua posição de força;
- (vii) o entendimento de sua prosperidade econômica como um instrumento de poder e como uma arma na luta pela projeção do poder global americano; e
- (viii) a renúncia da ideia de uma hegemonia ética, moral ou cultural e opção pela perspectiva de um “poder global” que exerce sua vontade através da força e das armas, se necessário, em todos os tabuleiros geopolíticos e geoeconômicos do mundo, incluindo o direito autoatribuído de mudar governos e regimes que sejam considerados como uma ameaça política ou empresarial aos interesses norte-americanos.

Ou seja, aqui como no mito milenar da Torre de Babel e desafiados nos seus próprios termos, os Estados Unidos decidem abdicar de sua “universalidade moral” dentro do sistema e desistem do velho projeto iluminista de “conversão” de todos os povos aos valores da razão e da ética ocidentais. Ao mesmo tempo, abrem

mão de sua condição de guardiões da “ética internacional” e de árbitros de todos os conflitos do sistema mundial. Mas não deixam de considerar que seus valores nacionais são superiores aos dos demais, e se assumem como um “povo escolhido” que opta pelo exercício unilateral de seu poder, através da força e da promoção ativa da divisão e da dispersão de seus concorrentes, e do boicote a todo tipo de blocos políticos e econômicos regionais, inclusive a União Europeia e o próprio North American Free Trade Agreement (Nafta).

Assim, assumem-se como um “povo escolhido” e abdicam de sua “universalidade moral” para alcançar a condição de um “império militar” de escala global. No entanto, ao mesmo tempo, os Estados Unidos reconhecem e valorizam o sistema interestatal e se propõem a sustentar uma competição permanente pelo poder, com as outras grandes potências, numa luta que não terá árbitros nem posições neutras, e que todas as alianças e guerras serão possíveis, em qualquer momento e lugar. Um sistema no qual cada país terá que fazer valer seus interesses nacionais por si mesmo, através do aumento contínuo do seu poder econômico e militar, e de uma corrida tecnológica que deve levar a humanidade ao patamar sem precedente de inovação armamentista.

É muito difícil saber se essa nova estratégia internacional americana pode ser revertida. Ela não nasceu subitamente, nem é obra do presidente Donald Trump. É produto de uma longa luta interna dentro da sociedade e do *establishment* americano que ainda está em pleno curso. Mas a simples publicação oficial deste documento sobre a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos já assinala uma vitória – mesmo que incompleta – do segmento ligado mais diretamente ao sistema de informação e de gestão “império militar” americano. Uma vitória que pode não ser definitiva, mas que representa por si mesmo uma das mais profundas e revolucionárias rupturas da história da política externa americana. Uma vitória e uma ruptura com relação ao projeto de hegemonia e governança internacional, formulado e implementado depois da Segunda Guerra Mundial. Ainda mais disruptivo é o abandono completo, por parte dos Estados Unidos, do projeto de construção de uma ordem mundial liberal liderada moralmente por este país – tal como foi concebido e proposto pelo presidente Woodrow Wilson depois do fim da Primeira Guerra Mundial.

Do nosso ponto de vista, o mais provável é que as linhas centrais dessa nova estratégia se mantenham com qualquer governo depois de Trump, e só venham a ser alteradas por um novo equilíbrio de forças dentro do sistema mundial imposto pelas demais potências do sistema. O problema é que para chegar até esse novo equilíbrio, as demais potências terão que seguir a própria cartilha dos americanos, e, como sugerido, este é um caminho que passa perigosamente pela beira do abismo da guerra.

Para esclarecer melhor esse argumento, e para poder extrair algumas conclusões preliminares, talvez seja possível recorrer a uma comparação didática entre esta decisão, proposta por Donald Trump, e outra decisão tomada pelo governo americano ao redefinir sua estratégia internacional na década de 1970. Naquela ocasião, frente à crise da conversibilidade do dólar em ouro, os americanos se desfizeram do regime monetário que eles mesmos haviam criado em Breton Woods em 1944, desregularam os mercados financeiros que eles mesmos haviam regulado e passaram a sustentar a “credibilidade” internacional da sua moeda, da sua dívida e das suas finanças exclusivamente no seu poder global, político, militar e econômico.

Essa simples decisão transformou o dólar num instrumento de poder maior do que já era, e numa verdadeira arma de guerra, que foi utilizada várias vezes, e com sucesso, nas décadas seguintes, período em que os Estados Unidos multiplicaram de forma geométrica o seu próprio poder e a sua riqueza financeira. Agora de novo, na segunda década do século XXI, desafiados pela “ousadia” russa, os americanos estão se propondo a redesenhar – uma vez mais – a sua estratégia internacional, desfazendo-se de todo tipo de compromisso consensual, e de todos os “regimes” e “instituições” associados com o projeto do “cosmopolitismo ético” que eles mesmos criaram e difundiram *urbe et orbi*, e que agora pretendem refundar exclusivamente no seu “interesse nacional” e no seu poder global, político, militar e econômico.

É muito difícil de fazer previsões num momento de grande ruptura e mudança, e, ainda mais, com relação a uma estratégia que se distingue por sua imprevisibilidade radical. Mas sempre é possível formular algumas conjecturas a partir da experiência histórica passada e de algumas características essenciais da proposta que está sendo sugerida e implementada:

- (i) porque a nova estratégia americana de desconstrução dos velhos parâmetros ideológicos e morais e de questionamento das antigas alianças e lealdades deve provocar uma grande fragmentação dentro do sistema interestatal, com a multiplicação dos seus conflitos locais, onde os Estados Unidos poderão atuar dentro do seu novo papel: estimulando as divisões, fornecendo as armas e se propondo atuar como juízes;
- (ii) porque esta mesma fragmentação deve alcançar um nível muito mais grave e incontrolável no Leste da Ásia e na Europa, onde deverá reacender o militarismo do Japão e da Alemanha;

- (iii) finalmente, porque tudo isto deverá alimentar e realimentar a corrida armamentista, entre os três grandes “jogadores” e produtores/fornecedores de armas deste novo caleidoscópio mundial: Estados Unidos, Rússia e China.

Contudo, existe uma dificuldade prévia que prejudica qualquer previsão mais acurada, uma vez que essa dificuldade atinge a premissa fundamental de todo o raciocínio “trumpiano”. Como saber e definir qual seja exatamente o “interesse nacional americano” num momento histórico em que a sociedade e o *establishment* político aparecem divididos e radicalizados? De onde se possa deduzir que esta situação aumentará ainda mais a autonomia de comando que já existe, do “Império Militar” dos Estados Unidos, com suas 800 bases e milhares de soldados fora do seu território e com seus acordos de “ajuda” e/ou “defesa-mútua” com mais de 140 países, ao redor de todo o mundo. Devendo-se concluir, portanto, que há uma alta probabilidade de que caiba ao comando militar deste “império” a verdadeira função de árbitro e executor da nova “excepcionalidade moral” dos Estados Unidos tal como ela é vista, definida e interpretada pelos quartéis, e pelos porta-aviões americanos.

4. O lugar da guerra e do “inimigo necessário” na estratégia global americana⁴

A polarização da sociedade americana e a luta fratricida de suas elites, neste início do século XXI, devem prosseguir e aumentar de intensidade nos próximos anos, mas não deve alterar a direção, nem a velocidade do crescimento do poder militar global dos Estados Unidos. Esse tipo de divisão e luta interna não é um fenômeno novo nem excepcional, e se repetiu em vários momentos do século XX – toda vez que foi necessário responder a grandes desafios e tomar decisões cruciais no plano internacional.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a entrada dos Estados Unidos na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, com sua saída das Guerras da Coreia e do Vietnã, e em vários outros momentos mais recentes, sem que isto tenha alterado a “marcha forçada” daquele país na direção do “poder global” que foi construindo a partir do fim da Segunda Guerra. O mesmo deve acontecer, de novo, neste início do século XXI, independentemente do que venha a acontecer com o mandato do presidente Donald Trump. Isso se dá porque existem dois consensos fundamentais dentro da elite americana que se mantêm constantes, a despeito de suas brigas internas e de quais sejam seus partidos e facções governantes: (i) no campo das ideias,

⁴ Esta seção é uma versão modificada de artigo publicado anteriormente para a Federação Única dos Petroleiros (FIORI, 2017a).

o consenso com respeito ao papel de liderança e comando militar que os Estados Unidos devem ter dentro do sistema mundial; e (ii) no campo material, o compromisso comum com a reprodução e expansão permanente da infraestrutura militar – humana e material – indispensável ao exercício desse poder global.

Graças a este consenso fundamental, a “grande estratégia” dos Estados Unidos, no campo internacional segue sempre em frente, a despeito das “trepidações internas” da sociedade americana, orientada por dois objetivos fundamentais: (i) a sua “segurança estratégica”, envolvendo a prevenção ou eliminação de toda e qualquer ameaça a seus interesses nacionais e militares, em qualquer ponto do mundo, incluindo o controle naval e aeroespacial de todos os “fluxos” relevantes para o exercício desta supremacia estratégica global; e (ii) a ênfase particular na sua “segurança energética” das forças militares e econômicas e de seus principais aliados, com controle do acesso às principais fontes de energia, mantido seu direito ao bloqueio instantâneo – em caso de necessidade ou beligerância – do acesso de seus concorrentes ou inimigos.

Deste ponto de vista, pode-se entender por que será quase impossível que prospere a proposta do presidente Donald Trump de mudar as relações dos Estados Unidos com a Rússia, buscando acordos e responsabilidades específicas em “áreas estratégicas” e “zonas de influência” definidas de comum acordo. O presidente Barack Obama já havia proposto um movimento nessa direção, no início do seu primeiro mandato, mas foi prontamente demovido deste seu objetivo inovador, pelo *establishment* americano e por seu próprio partido. Isto porque exigiria da Rússia a aceitação e a legitimação do poder global americano, e envolveria, como contraparte, a aceitação americana da existência de áreas compartilhadas e/ou exclusivas sob influência ou controle russo. Ademais, sobretudo, porque a despolarização da relação entre os dois países deixaria vago o papel que vem sendo cumprido pela Rússia neste último século e meio como o “inimigo necessário” que funcionou como referência e como princípio organizador da estratégia militar da Inglaterra, na segunda metade do século XIX, e da estratégia global dos Estados Unidos, no século XX.

Um mesmo inimigo comum que cumpriu, durante quase dois séculos, o mesmo papel de organizador e hierarquizador dos objetivos estratégicos e do planejamento militar das duas grandes potências anglo-saxônicas e, em menor grau, também, da França e da Alemanha dentro da Europa. Por isso, hoje de novo, sem o “inimigo russo”, o “império militar” americano perderia sua “bússola” e teria que sucatear uma parte importante de sua infraestrutura global que foi construída com o objetivo específico de conter, enfrentar e derrotar a Rússia, envolvendo um investimento absolutamente gigantesco em recursos materiais e humanos.

Deste ponto de vista, o ingresso da China é – sem dúvida – a grande novidade do sistema interestatal nas duas primeiras décadas do século XXI e representa de fato uma ameaça de médio prazo à supremacia econômica e militar dos Estados Unidos no Leste Asiático e na Ásia Central. Mas ainda não é uma ameaça global, nem se transformou no foco da “grande estratégia” americana, entre outras coisas, porque não dispõe da capacidade atômica russa de destruir o território americano.

Deve-se prever com toda certeza que o enfrentamento dos Estados Unidos com a Rússia ainda seguirá sendo o grande guarda-chuva e a principal justificativa do uso cada vez mais frequente e generalizado, pela política externa norte-americana, das chamadas guerras de “quarta geração”, ou “híbridas”, na sua relação com as potências intermediárias, e com os países da periferia do sistema. Apesar de o próprio colapso da União Soviética, nos anos 1980 e 1990, poder ser considerado como o experimento pioneiro e bem-sucedido das “guerras de quarta-geração”, este tipo de guerra só passou a ser utilizado pelos Estados Unidos como instrumento regular e frequente de sua política externa a partir das “revoluções coloridas” da Europa Central, e das “primaveras árabes” do Norte da África. Generalizou-se, a partir daí, para quase todas as partes do mundo, inclusive para a América do Sul. Uma sucessão de intervenções que transformou este tipo de guerra, na segunda década do século XXI, num fenômeno quase permanente, difuso, descontínuo, surpreendente e global.

Trata-se de um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário através do colapso físico e moral do seu Estado, da sua sociedade e de qualquer grupo humano que se queira destruir. Um tipo de guerra na qual se usa a informação mais do que a força, o cerco e as sanções mais do que o ataque direto, a desmobilização mais do que as armas, a desmoralização mais do que a tortura. Por sua própria natureza e seus instrumentos de “combate”, trata-se de uma “guerra ilimitada” no seu escopo, no seu tempo de preparação e na sua duração. Uma espécie de guerra infinitamente elástica que dura até o colapso total do inimigo, ou então se transforma numa beligerância contínua e paralisante das forças que se dividiram e foram jogadas umas contra as outras, por fatores internos, mas com a contribuição decisiva da potência interventora.

Nesse novo contexto, a própria defesa da democracia e dos direitos humanos – que marcou a última década do século passado – perdeu relevância, porque são intervenções que não têm limites éticos. Além disso, esta nova guerra não tem nenhum compromisso com a reconstrução do “adversário”, como aconteceu, por exemplo, com a reconstrução do Japão e da Alemanha, e com o próprio Plano Marshall, destinado à reconstrução europeia, depois do fim da

Segunda Guerra Mundial. Não está mais garantido nem mesmo o acesso privilegiado ao mercado interno dos Estados Unidos, como ocorreu com Coreia do Sul, Japão e vários outros países destruídos e depois ajudados pelos americanos. O que tem sido oferecido na situação atual é apenas o cardápio básico das reformas propostas pelo chamado “Consenso de Washington”.

Por analogia, muitos analistas falam de uma nova Guerra Fria ou de uma Terceira Guerra Mundial quando se referem a este estado de guerra intermitente e contínuo do século XXI. O importante, entretanto, é compreender que o fenômeno da guerra adquiriu novo significado e nova duração dentro do sistema internacional e também dentro da estratégia de poder global dos Estados Unidos. Isso, em grande medida, graças à própria necessidade endógena de reprodução e expansão contínua do “império militar” americano, que foi construído durante a segunda metade do século XX, mas que se expandiu significativamente depois do fim da Guerra Fria.

Por fim, é muito importante que se entenda, sobretudo no caso dos que vivem na “periferia americana”, que acabou definitivamente o tempo da “hegemonia benevolente”, com seu compromisso irrestrito e universal com a democracia, e com sua proteção seletiva de alguns casos de desenvolvimentismo e bem-estar social.

5. O inimigo que se mantém: a nova “Ressurreição Russa”

A história da Rússia pode ser lida – sem exagero – como uma sucessão interminável de grandes “invasões estrangeiras”, seguidas de longas grandes “guerras de reconquista” e processos de reconstrução nacional, tão rápidos quanto surpreendentes. O próprio nascimento da Rússia foi obra das invasões Vikings dos séculos VIII e IX. Mas, sem dúvida alguma, foram as invasões teutônicas e mongóis do século XIII que deixaram a marca mais profunda e duradoura na história e na identidade do povo russo. Foi naquele mesmo momento que começou o processo secular de reconquista e formação do território russo, a partir da vitória de Alexander Nevsky, em 1242, sobre os Cavaleiros Teutônicos, que haviam invadido a Rússia a partir do ocidente. Uma “longa marcha” que retomou seu caminho na direção do oriente, durante os séculos XV e XVI, sob a liderança de Ivan III, o “Grande” (1440-1505), e de Ivan IV, o “Terrível” (1530-1584), reconquistou os territórios russos, sob o domínio mongol, dos Kanatos de Kazan e Astrakhan. Foi nesse mesmo período que se consolidou o poder do Grão-Ducado de Moscou, que viria a ser o núcleo original do Estado russo, que se expandiu de forma quase contínua, a partir do século XVII, até transformar-se no maior império territorial do século XIX e no maior Estado nacional do século XX.

Primeiro, a Rússia expandiu-se na direção da Ásia, depois, na direção do Báltico e do Mar Negro, e finalmente na direção da Europa Central, onde chegou

após derrotar seus invasores suecos na Grande Guerra do Norte (1700-1721), que consagrou a Rússia como a mais nova “potência europeia”, e seu vitorioso Imperador, Pedro, o Grande (1672-1725), como responsável pela “europeização” da sociedade e da cultura russas. Como contrapartida, desde o século XVIII, a Rússia enfrentou o desafio de proteger – simultaneamente – suas fronteiras ocidentais e orientais, cada vez mais extensas e vulneráveis.

Seguiu-se uma história de vitórias e derrotas que foram consolidando uma identidade nacional russa extremamente bélica e defensiva. Foi o caso da Guerra dos Sete Anos, entre 1756 e 1763; da Guerra contra o Império Turco-Otomano, entre 1768 e 1792; da guerra contra a França de Napoleão Bonaparte, entre 1812 e 1815; da Guerra da Crimeia, contra uma coalisão anglo-francesa, entre 1853 e 1856; da nova guerra contra o Império Turco-Otomano, entre 1868 e 1888; e da guerra contra o Japão, em 1904. Logo depois, começou a Primeira Guerra Mundial, em 1914, na qual a Rússia voltou a ocupar lugar central, até o momento de sua Revolução Soviética, em 1917, que se prolongou até 1921, na forma de uma Guerra Civil, com forte intervenção estrangeira contra o governo e as forças soviéticas. E, uma vez mais, na Segunda Guerra Mundial, a Rússia voltou a derrotar as tropas alemãs que invadiram seu território, numa luta que se estendeu de 1941 a 1945 e matou mais de 20 milhões de russos. Depois disso, já em 1946, a União Soviética foi transformada no principal inimigo da Aliança Atlântica, liderada pelos Estados Unidos, durante toda a Guerra Fria e até a dissolução da própria União Soviética, em dezembro de 1991.⁵

Não houve “acordo de paz” depois do fim da Guerra Fria. Durante a década de 1990, o território, a população e a economia russos foram literalmente dizimados pelo avanço político e militar da Otan sobre o Leste Europeu, e pelo ataque interno dos antigos burocratas soviéticos, que promoveram uma “privatização selvagem” do antigo Estado russo. Basta dizer que, em 1890, o Império Russo tinha 22.400.000 km² e 130 milhões de habitantes; no século XX, durante o período soviético, o território russo manteve o mesmo tamanho, mas sua população chegou aos 300 milhões de habitantes. Hoje, depois da destruição da década de 1990, o território russo foi parcialmente retaliado e reduzido a 17.075.200 km², e

⁵ Depois de cada uma dessas guerras, a Rússia voltou a se reconstruir e a retomar seu lugar como grande potência europeia. Mas este fenômeno adquiriu uma dimensão extraordinária, depois da Primeira Guerra Mundial, da Revolução de Outubro e da Guerra Civil, que deixaram atrás de si um rastro de destruição e miséria dentro do território russo. Apesar disso, só 15 anos depois, a União Soviética já havia se transformado na potência econômica, industrial e militar que foi capaz de enfrentar e vencer as tropas nazistas que invadiram seu território, derrotando-as definitivamente, na grande Batalha de Berlim, de 1945. Durante a Segunda Guerra Mundial, o território, a população e a economia russas voltaram a ser arrasados, mas apenas 12 anos depois, em outubro de 1957, a União Soviética lançou o primeiro satélite espacial do mundo, o Sputnik, que se transformou numa espécie de símbolo tecnológico do “milagre econômico” que fez com que a União Soviética se tornasse a segunda maior potência econômica.

sua população diminuiu para 152 milhões de habitantes, tendo perdido, portanto, cerca de 5.000.000 de km² e aproximadamente 140 milhões de habitantes em apenas uma década, e sem nenhum tipo de bombardeio ou guerra tradicional (WORLD BANK, 2019).

Esta destruição junto com a recusa de qualquer tipo de ajuda financeira por parte das potências atlânticas, durante a década de 1990, pesaram decisivamente na vitória eleitoral de Vladimir Putin, no ano 2000, e na decisão do seu primeiro governo, entre 2000 e 2004, de resgatar o nacionalismo russo e retomar seu caminho tradicional de reconstrução da economia russa a partir de uma forte liderança estatal. Tanto Vladimir Putin quanto seu sucessor, Dmitri Medvedev, e de novo Putin, mantiveram a opção russa dos anos 1990, por uma economia capitalista, mas reorganizaram radicalmente o seu Estado central e seu complexo militar-industrial, além de que estatizaram a maior parte de suas gigantescas empresas de exploração e exportação de petróleo e gás. Ao mesmo tempo, redefiniram a doutrina militar russa, deixando claro às potências atlânticas que estavam dispostos – a partir dali – a utilizar seu arsenal atômico em caso de necessidade, para defender suas fronteiras e sua soberania nacional.

Depois disto, em 2008, na Guerra da Geórgia, a Rússia deu uma primeira demonstração de que não aceitaria mais a expansão indiscriminada da Otan na direção de suas fronteiras. Mais à frente, incorporou o território da Crimeia como resposta à intervenção euro-americana na Ucrânia, em 2014, para, finalmente, em 2015, fazer sua primeira intervenção militar vitoriosa fora de suas fronteiras, na guerra da Síria. Ou seja, uma vez mais, 25 anos depois do gigantesco colapso da União Soviética, a velha Rússia retomou seu caminho histórico, refez sua economia, deu um salto tecnológico no campo militar e eletrônico-informacional, assumiu o controle de seus recursos minerais e energéticos, e voltou a ocupar seu lugar entre as grandes potências militares do sistema internacional. Transformou-se, ao mesmo tempo, numa ponte indispensável entre o mundo Atlântico e o novo centro dinâmico do capitalismo mundial, situado no Pacífico e na Ásia, e dentro de todo o território envolvido pelo abraço estratégico da Organização para a Cooperação de Xangai, e pelo abraço econômico do projeto chinês, do “*One road, one belt*”.

Apesar de tudo, existe um ponto nesta nova ressurreição russa que permanece como incógnita: como foi que a Rússia voltou a ser também o inimigo principal das potências atlânticas em tão pouco tempo e depois de tantas transformações? Quase o mesmo lugar que havia sido ocupado pela União Soviética, depois do fim da Segunda Guerra Mundial e durante toda a Guerra Fria. Naquele período, a União Soviética liderava um projeto internacionalista que ameaçava os valores fundamentais da sociedade liberal e capitalista, enquanto que a Rússia de hoje é um país capitalista que segue uma cartilha rigorosamente nacionalista e

conservadora, adotando uma posição geopolítica realista e pouco ideológica. Apesar disso, nesse momento a Rússia já foi colocada de volta no lugar que havia sido destinado à sua antecessora, dentro do jogo geopolítico mundial. Como explicar este fenômeno se descartarmos a hipótese pueril de que a Rússia está sendo castigada por sua suposta intervenção nas eleições americanas – o que os Estados Unidos costumam fazer regularmente em todos os países que consideram de seu interesse estratégico?

Para responder a esta pergunta, sugerimos uma hipótese a partir da teoria da guerra de Carl von Clausewitz (1780-1830) e, em particular, de sua tese sobre a importância da “dissimetria entre as ações ofensivas e defensivas” numa guerra entre dois países desiguais do ponto de vista do poder econômico e militar. Para Clausewitz (1947), “ataque” e “defesa” são duas ações e estratégias de natureza inteiramente diferentes, ainda que sejam complementares e indissociáveis, não existindo a possibilidade de que duas forças opostas e assimétricas se ataquem simultaneamente. Nesse tipo de enfrentamento, cabe ao lado mais fraco adotar uma estratégia defensiva que seja capaz de paralisar a superioridade e a confiança do adversário, criando uma situação de empate ou de trégua, que pode se transformar numa paz mais ou menos duradoura. Exatamente aquilo que ocorreu na relação entre os americanos e os soviéticos durante a Guerra Fria, ou pelo menos até a década de 1980.

Do nosso ponto de vista, é isto também que está ocorrendo de novo na relação entre a Rússia e as potências atlânticas neste início do século XXI. Ou seja, mesmo sem portar a bandeira libertária do socialismo internacionalista defendido pela União Soviética no século XX, a “Nova Rússia”, capitalista, conservadora, nacionalista e fortemente influenciada pelo cristianismo ortodoxo, mesmo sem querê-lo, mas empurrada pela força estrutural da luta pelo poder internacional, já se transformou na liderança-objetivo e na “proteção” militar de todos os povos que se oponham, neste momento, ao exercício arbitrário do poder militar global dos Estados Unidos.

Esse papel cumprido pela “Nova Rússia” no sistema internacional de principal contraponto à liderança americana somente se cristalizou, principalmente, em função da sua poderosa indústria de petróleo e gás. As mudanças realizadas a partir do governo Putin, nessa indústria, permitiram que Moscou retomasse o controle estratégico do fornecimento de petróleo e gás para diversas regiões e funcionou como o principal instrumento projeção russa na sua disputa com os Estados Unidos. A próxima seção discute esse processo.

6. Rússia e seu instrumento de projeção de poder: o papel estratégico do petróleo e do gás⁶

Hoje existe um consenso entre os analistas de que a economia soviética viveu uma crise grave nos anos 1980, mas não estava à beira do colapso, nem estava condenada a seguir o caminho que seguiu na última década do século XX. Apesar disso, segue existindo uma grande controvérsia com relação ao motivo que teria levado o Estado soviético a optar naquele momento pela sua autodestruição. Alguns historiadores sublinham a importância de antigas divergências e lutas internas do partido comunista e da burocracia soviética, mas outros culpam a ofensiva militar e as sanções econômicas do governo americano de Ronald Reagan, que teriam atingido em cheio a produção e exportação de petróleo e do gás, os principais responsáveis pelo financiamento externo da economia russa.

Seja como tenha sido, no dia 25 de dezembro de 1991, a União Soviética autodissolveu-se, e uma parte dela veio a constituir a atual Federação Russa, que foi governada, até o dia 31 de dezembro de 1999, pelo presidente Boris Yeltsin. Durante aquela década, Boris Yeltsin adotou o novo ideário neoliberal que era hegemônico no mundo capitalista desde a década de 1980, decidiu mudar a política externa da Rússia, aproximando-se das potências ocidentais, e abandonou qualquer pretensão russa à condição de “grande potência”, permitindo a desorganização de suas Forças Armadas e o rápido sucateamento do seu arsenal atômico. Por outro lado, do ponto de vista econômico, liderou uma das experiências mais radicais de aplicação das “terapias de choque” neoliberais, concebidas no final do século XX, para transformar – de forma rápida – economias de planejamento central ou desenvolvimentistas em economias de mercado, abertas e desreguladas.

Com esse objetivo, no próprio ano de 1991 e antes mesmo do fim da União Soviética, Yeltsin encomendou a seu vice-primeiro-ministro Yegor Gaidar a elaboração de um plano de transição econômica. Tal plano foi formulado em conjunto com vários economistas e banqueiros estrangeiros que já haviam participado da experiência pioneira de liberalização da Polônia. A “terapia de choque”, desenhada por esse grupo e implementada pelo governo Yeltsin, propunha quatro “reformas” fundamentais: a da privatização do setor público; da abertura e desregulação dos mercados; da liberação dos preços e da política de controle fiscal e monetário. Os resultados econômicos desta experiência terapêutica foram rápidos e desastrosos, e suas consequências sociais foram profundas e catastróficas.

⁶ Esta seção é uma versão modificada de artigo publicado anteriormente para a Federação Única dos Petroleiros (FIORI, 2017b).

Em 1994, já haviam sido privatizadas cerca de 70% de todas as empresas estatais russas, incluindo a “joia da coroa”: o setor produtor de petróleo e gás, que foi desmembrado e privatizado a partir de 1992. Atendendo aos objetivos do plano de Gaidar, o setor privado da economia russa cresceu de 10% do produto interno bruto (PIB) em 1990 para 70% em 1998, enquanto se realizava uma liberação dos preços e uma abertura e desregulação dos mercados, quase instantânea. Como resultado desta “destruição liberal”, o crescimento do PIB foi negativo durante todos os anos da década, com exceção de 1997. O investimento total da economia caiu 81%, a produção agrícola despencou 45% e o PIB russo caiu mais do que 50%, com relação ao seu nível de 1990 (WORLD BANK, 2019).

Paralelamente, a liberalização dos preços e a abertura abrupta da economia provocaram uma quebra generalizada da indústria russa e um verdadeiro “choque” de empobrecimento e desemprego entre seus assalariados: o salário real da população caiu 58%, o número de pobres cresceu de 2% para 39% e, finalmente, o coeficiente de Gini, que era de 0,233 em 1990, passou para 0,401 em 1999. Por conta destes resultados, muitos analistas se referem a esta experiência russa da década de 1990 como um caso paradigmático de “capitalismo selvagem”, que chegou ao seu fim de linha com a crise financeira de 1998, quando ocorre a gigantesca fuga de capitais privados que explica, em grande medida, a inflexão estratégica iniciada no ano 2000 pelo governo eleito de Vladimir Putin.

De forma quase simétrica e inversa, a administração Putin respondeu ao caos provocado pela crise financeira de 2008, com uma estratégia de recentralização do poder do Estado, de reorganização e modernização das Forças Armadas, e de reversão da política liberal do período anterior. Logo no início do seu primeiro mandato, Vladimir Putin redefiniu a política econômica e a política externa russas, colocando-as a serviço da reconstrução industrial do país e da retomada de sua condição tradicional de “grande potência”. E, uma vez mais, construiu a sua nova estratégia a partir da reorganização do setor energético da economia russa, com a renacionalização de uma parcela significativa da sua produção e distribuição do petróleo e do gás.

A estatização da empresa petroleira Yukos, em 2003, foi o pontapé inicial desta remontagem do setor produtivo estatal, e de sua liderança da economia russa, através de suas grandes empresas de produção, transporte/distribuição e exportação de gás e petróleo: a Gazprom, a Rosneft, a Transneft e a Gazpromexport. A partir deste momento, com a ajuda dos preços internacionais do petróleo e do gás, a economia russa se recolocou de pé, e passou a crescer a uma taxa média anual de 7%, entre os anos 2000 e 2010. Depois disso seguiu crescendo, ainda que a taxas menores, até o início dos conflitos da Ucrânia e da Criméia, no ano de 2014. A partir deste momento, a economia russa entra em recessão, sob o impacto das

sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e seus aliados europeus, e graças à queda dos preços internacionais do petróleo, que vão de U\$ 130 por barril até a crise de 2008 para cerca de U\$ 30 no ano de 2016.

Mesmo assim, nos anos de sucesso, os governos de Vladimir Putin e de Dmitri Medvedev lograram transformar o petróleo e o gás russos nos seus dois principais instrumentos de projeção do poder da Rússia na Europa e na Ásia. Aproveitando-se, em grande medida, da dependência energética da Europa Ocidental, que consome atualmente cerca de 2/3 de todo o gás exportado pela Rússia. Em 2030, a Europa Ocidental deverá estar importando cerca de 80% do seu gás e 93% do seu consumo de petróleo, sendo a maior parte fornecida pela Rússia, segundo projeções da própria União Europeia. Foi desse modo que, em poucos anos, a Rússia conseguiu reconquistar sua condição de grande potência europeia e que vem reestruturando paulatinamente a sua velha “zona de influência” na Ásia Central, em algumas áreas da Europa do Leste, e no Oriente Médio, transformando-se ao mesmo tempo numa “ponte energética” indispensável entre a velha Europa e o “novo mundo” asiático.

As novas sanções econômicas impostas à Rússia pelas “potências atlânticas” a partir de 2014 devem provocar problemas e mudanças de médio e longo prazo na economia russa, mas não é provável que venham a ter os mesmos efeitos que tiveram na década de 1980 do século passado. Hoje, a economia russa também é uma economia capitalista de mercado, e está cada vez mais integrada e “protegida” pelo dinamismo da economia chinesa. Além disso, como visto acima, conta com a dependência crescente dos próprios europeus com relação ao seu fornecimento energético. Nesse sentido, talvez a maior incógnita com relação ao futuro da Rússia esteja noutro lado: na incerteza com relação à possibilidade de sucesso no longo prazo de uma estratégia econômica que se proponha construir uma liderança econômica e tecnológica liderada por setores de alto valor agregado, a partir da exportação, sobretudo, de recursos energéticos.

De qualquer maneira, a experiência russa destas últimas décadas deixa duas lições que deverão ter um impacto importante sobre a conjuntura internacional: uma, sobre a eficácia dos “choques liberais” em países de grandes dimensões; e a outra, sobre a melhor forma de utilizar os recursos naturais como instrumento de projeção do poder econômico e político de um país que detém grandes reservas de petróleo e gás, como é o caso da Rússia.

Com relação ao uso das “terapias de choque” neoliberais em países extensos e populosos com grande desigualdade social e territorial, a experiência russa ensina que eles são altamente ineficientes do ponto de vista econômico e absolutamente desastrosos do ponto de vista social. E, por isso mesmo, tendem a

provocar reações ou respostas nacionalistas e protecionistas mais ou menos imediatas, como ocorreu na Rússia, na Índia, na Polônia, e como deverá ocorrer no Brasil, muito mais cedo do que tarde.

Com relação à reorganização estratégica do setor do petróleo e do gás ocorrida na Rússia durante os governos Putin e Medvedev, ela não envolveu a estatização total do setor nem muito menos a exclusão do capital estrangeiro. O que ela fez foi submeter o capital privado nacional e estrangeiro à direção da “grande estratégia” do Estado russo, operada, sobretudo, pelas suas empresas Gazprom, Rosneft, Transneft e Gazpromexport. Ou seja, o fundamental é que todas as mudanças que foram feitas e todos os atores envolvidos passaram a obedecer – de uma forma ou outra – o mesmo objetivo estratégico de reestruturação e fortalecimento da economia russa e de projeção geopolítica e geoeconômica do poder internacional da Rússia.

7. Considerações finais: o lugar do petróleo e a “Guerra de Posição”

Ao fazer qualquer análise de conjuntura, é notável a imbricação existente entre a luta das grandes potências pelo poder global e a geopolítica do petróleo. Quando se trata do posicionamento de potências como os Estados Unidos e a Rússia no sistema mundial, é inevitável que esse recurso estratégico assumira posição central na decisão dos atores em questão. Desse modo, para compreender o lugar deste recurso energético no estudo aqui feito, retoma-se brevemente o seu lugar e o aumento de sua relevância estratégica na trajetória histórica das relações entre os Estados e de suas estratégias de desenvolvimento e atuação internacional.

O primeiro poço de petróleo registrado no mundo foi descoberto por Edwin Drake, em 1859, no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Nas quatro décadas seguintes, o petróleo começou a ser explorado, utilizado e exportado pelos americanos como fonte de iluminação. Só se transformou numa fonte de energia importante para o transporte e para a guerra no início do século XX, com o desenvolvimento da indústria automobilística, e com o andar da Primeira Guerra Mundial. Neste período, e até o final da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos e o Golfo do México foram os principais produtores e fornecedores do petróleo mundial. Para que se tenha uma ideia da “assimetria energética” que existia na distribuição da nova fonte da energia mundial, basta dizer que dos 7 bilhões de barris/dia utilizados pelas forças aliadas durante a Segunda Guerra, 6 bilhões foram fornecidos pelos Estados Unidos.

No final da guerra, os governos e as grandes corporações petrolíferas já tinham identificado o potencial energético do Oriente Médio e já haviam iniciado de forma incipiente sua exploração no Irã, Iraque e Arábia Saudita. Mas foi em

1945, a caminho da reunião de Yalta, que o presidente americano Franklin D. Roosevelt reuniu-se com o rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, a bordo do navio USS Quinci, e deu os primeiros passos de uma das alianças estratégicas mais importantes dos Estados Unidos em toda a segunda metade do século XX. A partir daquele momento, a Arábia Saudita também se tornou um dos pontos de convergência mais produtivos do mundo, entre os interesses públicos e privados, comerciais e estratégicos, dos Estados Unidos.

Logo depois do fim da guerra, os Estados Unidos apoiaram a criação de Israel, em 1948, e transformaram o Estado judeu na segunda grande peça do seu jogo estratégico dentro do Oriente Médio. E, por fim, os americanos orquestraram, junto com a Grã-Bretanha, o golpe de Estado contra o primeiro-ministro nacionalista do Irã, Mohammed Mossadegh, em 1953, e transformaram o país do Xá Reza Pahlavi no terceiro grande pilar de sua tutela geopolítica e militar da região, que passou a ser a principal fornecedora de petróleo do sistema produtivo mundial. Do ponto de vista estritamente econômico, a “ordem energética” do pós-guerra foi um grande sucesso, garantindo o fornecimento de petróleo abundante e barato para a reconstrução da Europa e para o funcionamento da economia mundial durante todo o período que ficou conhecido como a “época de ouro do capitalismo”, entre 1950 e 1975.

Apesar disso, por trás da tranquilidade da oferta e dos preços, travou-se uma intensa disputa – durante todo esse período – em torno à repartição das receitas do petróleo, entre os países produtores e as grandes corporações privadas. Os países produtores transformaram essa batalha numa luta nacionalista e anticolonialista que culminou com a criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), em 1960, com o objetivo de coordenar a política de defesa dos interesses dos seus 12 países-membros. Logo em seguida, na “Guerra dos Sete Dias” entre judeus e árabes, em 1966, a Opep tentou utilizar pela primeira vez – mas sem sucesso – seu poder de cartel contra os países apoiadores de Israel. Mas em 1973, na “Guerra do Yom Kippur”, a Opep logrou impor um embargo bem-sucedido do fornecimento de petróleo aos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, os principais aliados de Israel nessa guerra iniciada pelo Egito e pela Síria.

Independentemente do resultado da própria guerra, o embargo provocou a primeira grande subida do preço internacional do petróleo depois da Segunda Guerra. O preço do barril quadruplicou e derrubou o “regime energético” da “era de ouro”, baseado no petróleo abundante e barato. Foi nesse momento que as grandes potências consumidoras criaram a “Agência Internacional do Petróleo”, com o objetivo de coordenar sua política e estratégia frente ao desafio da Opep e de sua defesa dos interesses dos países produtores. Apesar dessas precauções tomadas pelas grandes potências, a Revolução Islâmica do Irã, e o início da guerra entre o

Iraque e o Irã, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, provocaram uma nova duplicação do preço do petróleo, que só foi controlado e compensado com a oferta dos novos poços de petróleo do Alasca e do Mar do Norte nessa mesma década de 1980.

A guerra entre o Irã e o Iraque teve um final inconclusivo, mas os Estados Unidos perderam um dos seus principais aliados na região, o Irã, que passou a confrontar, de forma crescente, tanto os americanos quanto Israel. Esses tiveram que refazer suas alianças regionais, utilizando-se dos novos países e emirados do Golfo Pérsico criados na década de 1970, depois da retirada das últimas tropas britânicas da região. A nova coalizão, entretanto, não conseguiu impedir a invasão do Kuwait pelas tropas do Iraque e foi obrigada a liderar a Guerra do Golfo, em 1990 e 1991, que recolocou o Oriente Médio e o Golfo Pérsico no epicentro das “angústias energéticas” das potências ocidentais depois do fim da Guerra Fria.

No início do século XXI, depois dos atentados de 11 de setembro, as Guerras do Afeganistão, em 2001, e do Iraque, em 2003, envolveram os Estados Unidos e seus aliados da Otan numa guerra quase contínua que se estende até nossos dias, sendo travada simultaneamente em vários pontos do “Grande Oriente Médio”. O projeto americano de “conversão” do mundo árabe à democracia e aos valores ocidentais, anunciado pelo presidente George W. Bush em 2004, foi um estrondoso fracasso. Mas do ponto de vista estritamente militar, os norte-americanos mantiveram sua presença e controle das principais fontes energéticas da região.

Apesar disso, o sucesso da intervenção militar da Rússia na Guerra da Síria, em 2015; o crescimento da influência regional do Irã, no Iraque e no Líbano; o afastamento progressivo da Turquia de seus antigos aliados da Otan; e, a entrada da China e da Índia no rol dos grandes consumidores mundiais de petróleo com forte interesse nos poços do Oriente Médio vêm modificando, de forma radical, o desenho geopolítico e geoeconômico da região – em particular, do Golfo Pérsico. Aliás, é nesse contexto que se deve ler e entender a nova estratégia regional do governo Trump que abdica de sua antiga posição arbitral entre os principais interesses e conflitos intrarregionais e assume plenamente sua opção pela Arábia Saudita contra o Irã, e por Israel contra os palestinos e seus apoiadores árabes.

Assim mesmo, aos poucos, vai-se delineando uma nova configuração de forças, em torno a um eixo articulado por Rússia, Turquia e Irã, e suas zonas de influência, e outro eixo, articulado pelos Estados Unidos, Arábia Saudita e Israel, com suas alianças árabes e apoios europeus. No longo prazo, é bem possível que as lutas internas da região e suas próprias disputas religiosas apontem na direção da consolidação de um sistema estatal regional, por cima das antigas reivindicações do nacionalismo pan-arábico, e por cima das tendências pan-islâmicas de algumas seitas

e grupos de poder regionais, como foi o caso mais recente do Estado ou Emirado Islâmico.

No entanto, essa tendência ao fortalecimento de um sistema de soberanias nacionais autônomas e equipotentes dentro do Oriente Médio deverá seguir sendo atropelada e bloqueada por todas as grandes potências do sistema internacional, que seguem considerando que os recursos energéticos da região são um “patrimônio da humanidade”, e fazem parte indissociável de seus interesses estratégicos nacionais. Desse ponto de vista, o mais provável é que o futuro do Oriente Médio aponte na direção de uma “guerra de posições” prolongada, com a interferência das grandes potências externas e sua manipulação das divisões milenares, quase telúricas, da velha Mesopotâmia.

Assim, em eixos opostos no tabuleiro geopolítico, os Estados Unidos e a Rússia mantêm o Oriente Médio como palco de disputa de influência, reforçando o fato de que o acesso e o controle de fontes energéticas como o petróleo são ainda utilizados como instrumento para expansão de poder no sistema mundial no século XXI. Desse modo, ainda que os Estados Unidos, por conta de sua nova estratégia global, abdicuem a princípio de algumas funções, como de defensor e árbitro da “ética internacional”, eles assumem plenamente sua condição e seu objetivo de “império militar”. Os russos, por sua vez, têm buscado ampliar sua interferência nessas áreas produtoras de petróleo, não somente no seu entorno, como o Cazaquistão, mas também no próprio Oriente Médio. As recentes disputas sobre o preço do petróleo mostram, por exemplo, a maior influência russa sobre acordos de produção de petróleo com o Golfo Pérsico.

Esses fatos mostram que a disputa entre Estados Unidos e Rússia, a despeito das grandes transformações do século XXI, permanecem assim profundamente condicionados e relacionados ao mundo do petróleo e aos conflitos girados em torno deste.

8. Referências bibliográficas

CLAUSEWITZ, C. V. **Princípios de Guerra**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1947.

COOPER, J. P. (Org.). **The new Cambridge modern history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

FIORI, J. L. A “Síndrome de Babel” e a nova doutrina de segurança dos EUA. **Série de Textos/Blog do Geep**. Rio de Janeiro: Federação Única dos Petroleiros, fev. 2018.

FIORI, J. L. **O lugar da Rússia e da guerra na nova estratégia global dos EUA.** Federação Única dos Petroleiros, Rio de Janeiro, 01 set. 2017a.

FIORI, J. L. **O papel do petróleo e do gás no passado e futuro estratégico da Rússia.** Federação Única dos Petroleiros, Rio de Janeiro, 03 out. 2017b.

FIORI, J. L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, ano 1, n. 2: 157-183, primer semestre 2009.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (Orgs.). **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 173-277.

SPUFFORD, P. **Money and its use in Medieval Europe.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TILLY, C. **Coerção, capital e Estados europeus.** São Paulo: Edusp, 1996.

WORLD BANK. **The World Bank Data – Russia Federation.** Washington: World Bank, 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/russian-federation?view=chart>>.